



Joaquim Oliveira S/A Participações  
www.josapar.com.br  
CNPJ N° 87.456.562/0001-22 - NIRE 43300009882  
COMPANHIA ABERTA



JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A PARTICIPAÇÕES – CIA ABERTA

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Neste relatório são apresentadas também as informações de forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 54,75% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

### Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o **Arroz Tio João**, o **Arroz Tio Mingote**, **Arroz Meu Biju** e **Feijão Meu Biju**. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas **Cozinha Fácil Tio João** e **Cozinha e Sabor**, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca **SupraSoy**. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca **Nova Oliva**. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas **Supremo** e **Organo Mineral NPK1**. Dentre os lançamentos mais recentes destacam-se **SupraSoy Natura** e **farinha de arroz Tio João**.

### Desempenho operacional e econômico em 2017

A safra do arroz em 2017 apresentou uma produção de 12,3 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 8,7 milhões de toneladas. O superávit da safra de arroz no Brasil foi de 16% no exercício. A produtividade média no Brasil foi de 6.223Kg/ha 17,8% superior do que a da safra anterior, que havia sido de 5.280kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2017 foi de R\$ 40,51, 10,4% abaixo dos R\$ 45,20 no exercício de 2016.

### Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2017 e 2016:

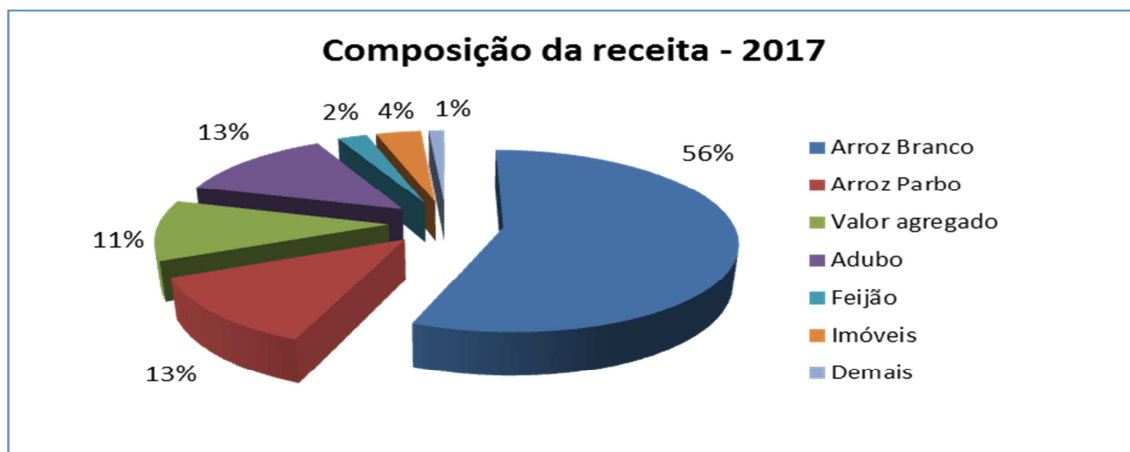
	2017 (R\$ Mil)	2016 (R\$ Mil)	Varição R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.180.430	1.300.178	-119.748
Vendas Líquidas	1.069.282	1.172.311	-103.029
Lucro Bruto	311.506	390.056	-78.550
% LB s/VL	29%	33%	-4 p.p.
Ebitda	82.816	131.524	-48.708
% Ebitda s/VL	7,75%	11,2%	-3,45 p.p.
Lucro Líquido controladores	19.152	30.701	-11.549
% LL s/VL	1,8%	2,6%	-0,8 p.p.

### Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 7,6 milhões e foram realizados em adequação e modernização tecnológica dos processos industriais.

### **Vendas totais**

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil através da busca constante de novos canais de distribuição da linha de alimentos e em aproveitar as oportunidades do mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$ 1,2 bilhão no exercício.



### **Mercado externo**

O excesso da oferta e desvalorização do arroz no mercado doméstico em 2017 aliados a valorização cambial prejudicaram a competitividade do produto nacional no mercado externo. O dólar médio em 2017 foi de R\$ 3,1924, 8% abaixo do dólar médio de 2016, de R\$ 3,4822. As exportações da Josapar atingiram R\$ 79 milhões contra R\$ 94 milhões do exercício anterior. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

### **Margem bruta**

A margem bruta da Companhia foi de 29% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 312 milhões). A variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia, a concentração do varejo e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

### **EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)**

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 83 milhões, representando 7,8% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 132 milhões ou 11,2% das vendas líquidas. Esta performance é resultado da combinação dos fatores mencionados anteriormente.

#### **Endividamento bancário líquido**

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 376 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 31 milhões.

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 176 milhões, contra R\$ 163 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

#### **Lucro líquido**

A pressão nas margens, ocasionadas pelo movimento de queda no preço da matéria prima colaboraram para o menor resultado operacional ainda que atenuado pela queda das despesas financeiras, impactadas diretamente pela queda da taxa Selic e dos spreads bancários no ano. Tais fatores resultaram no lucro líquido de R\$ 19,1 milhões (R\$ 1,809 pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 30,7 milhões (R\$ 2.901 pelo lote de 1.000 ações).

#### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido atingiu R\$ 471 milhões contra R\$ 457 milhões do ano anterior.

#### **Ativos intangíveis**

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca **Tio João**, no arroz e feijão a marca **Meu Biju**, na soja a marca **Suprasoy**, nos insumos a marca **Supremo** - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: [www.josapar.com.br](http://www.josapar.com.br) – [www.tiojoao.com.br](http://www.tiojoao.com.br) – [www.suprasoy.com.br](http://www.suprasoy.com.br).

#### **Recursos humanos**

A companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$ 2.130 mil e que será distribuído durante o ano de 2018.

**Relacionamento com Auditores Independentes**

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

**Declaração da Diretoria**

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

**Agradecimentos**

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixas e Equivalentes de caixa (nota 3.b)	392.625	265.635	444.507	305.040
Clientes (nota 3.c e 5)	205.175	243.584	225.200	248.897
Adiantamentos a fornecedores (nota 6)	147.061	180.383	147.061	180.383
Impostos a compensar (nota 8)	64.008	55.638	64.067	55.740
Outras contas	31.103	21.606	39.900	26.838
Estoques (nota 7)	179.132	229.838	212.452	264.427
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.019.104</b>	<b>996.684</b>	<b>1.133.187</b>	<b>1.081.325</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	-	-	4.257	4.319
Incentivos fiscais	856	856	856	856
Coligadas (nota 12)	6.097	4.503	6.630	5.351
Créditos fiscais diferidos (nota 14)	13.531	13.531	13.531	13.531
Impostos a compensar (nota 8)	4.473	4.243	4.473	4.243
	24.957	23.133	29.747	28.300
Investimentos (nota 9.a e 9.b)	204.935	199.458	310.544	310.819
Imobilizado (nota 10)	235.012	241.242	237.256	244.953
Intangível (nota 10)	1.870	1.844	1.905	1.882
Diferido (nota 10)	-	58	-	58
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>466.774</b>	<b>465.735</b>	<b>579.452</b>	<b>586.012</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.485.878</b>	<b>1.462.419</b>	<b>1.712.639</b>	<b>1.667.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	31.498	38.966	32.022	40.552
Instituições financeiras (nota 11)	349.652	408.583	349.652	408.883
Obrigações sociais e tributárias	14.786	18.408	17.100	20.432
Dividendos propostos (nota 15.c)	5.458	8.750	6.916	10.337
Credores diversos	22.084	20.496	22.279	20.801
Provisão para contingências (nota 19)	75.859	76.654	75.859	76.654
Outras contas	11.622	12.310	36.849	29.826
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>510.959</b>	<b>584.167</b>	<b>540.677</b>	<b>607.485</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Instituições financeiras (nota 11)	471.615	385.639	471.615	385.639
Partes relacionadas (nota 12)	2.109	1.687	2.284	1.687
Obrigações sociais e tributárias (notas 13,14 e 18)	7.703	11.022	7.703	11.872
Impostos diferidos s/ ajuste avaliação patrimonial	21.583	22.016	29.210	30.857
Outros débitos	475	413	21.151	8.328
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>503.485</b>	<b>420.777</b>	<b>531.963</b>	<b>438.383</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social (nota 15.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial	40.968	42.242	40.968	42.242
Reserva reflexo controlada	131.397	131.329	131.397	131.329
Reserva estatutária	163.963	149.756	163.963	149.756
Reserva Legal	14.554	13.596	14.554	13.596
Patrimônio líquido dos controladores	471.434	457.475	471.434	457.475
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	168.565	163.994
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>471.434</b>	<b>457.475</b>	<b>639.999</b>	<b>621.469</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.485.878</b>	<b>1.462.419</b>	<b>1.712.639</b>	<b>1.667.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.057.203	1.168.681	1.101.168	1.206.133
Mercado externo	79.262	94.045	79.262	94.045
	1.136.465	1.262.726	1.180.430	1.300.178
Deduções da receita bruta	(108.700)	(126.123)	(111.148)	(127.867)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.027.765	1.136.603	1.069.282	1.172.311
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 16)	(756.381)	(782.255)	(757.776)	(782.255)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	271.384	354.348	311.506	390.056
Despesas com vendas (nota 16)	(143.193)	(162.170)	(143.193)	(162.170)
Despesas gerais e administrativas (nota 16)	(78.902)	(88.044)	(106.384)	(111.167)
Outras receitas operacionais	5.308	1.082	6.565	1.298
Resultado de equivalência patrimonial	7.520	6.482	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	62.117	111.698	68.494	118.017
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	65.268	75.131	71.003	80.549
Despesas financeiras	(101.385)	(124.380)	(102.014)	(125.078)
	(36.117)	(49.249)	(31.011)	(44.529)
Participação dos funcionários	(2.130)	(4.432)	(2.130)	(4.432)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23.870	58.017	35.353	69.056
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 14)	(11.015)	(30.190)	(16.859)	(36.079)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 14)	6.297	2.874	6.812	2.874
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	19.152	30.701	25.306	35.851
Atribuído aos acionistas controladores	19.152	30.701	19.152	30.701
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	6.154	5.150
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.152	30.701	25.306	35.851
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluído — R\$	<b>1.809,77</b>	<b>2.901,19</b>	<b>1.809,77</b>	<b>2.901,19</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora									
	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial		Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal				
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>120.000</b>	<b>552</b>	<b>43.299</b>	<b>131.329</b>	<b>128.010</b>	<b>12.061</b>	-	<b>435.251</b>	<b>160.350</b>	<b>595.601</b>
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(1.057)	-	-	-	1.305	248	-	248
Reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	25	25	-	25
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.701	30.701	-	30.701
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	3.644	3.644
Dividendos propostos (R\$ 826,84 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(8.750)	(8.750)	-	(8.750)
Constituição de reservas	-	-	-	-	21.746	1.535	(23.281)	-	-	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>120.000</b>	<b>552</b>	<b>42.242</b>	<b>131.329</b>	<b>149.756</b>	<b>13.596</b>	-	<b>457.475</b>	<b>163.994</b>	<b>621.469</b>
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(1.274)	-	-	-	1.442	168	-	168
Reflexo de controladas	-	-	-	68	-	-	29	97	-	97
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.152	19.152	-	19.152
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	4.571	4.571
Dividendos propostos (R\$ 515,78 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(5.458)	(5.458)	-	(5.458)
Constituição de reservas	-	-	-	-	14.207	958	(15.165)	-	-	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>120.000</b>	<b>552</b>	<b>40.968</b>	<b>131.397</b>	<b>163.963</b>	<b>14.554</b>	-	<b>471.434</b>	<b>168.565</b>	<b>639.999</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

MÉTODO INDIRETO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.152	30.701	19.152	30.701
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	13.756	13.022	14.322	13.507
Resultado nas operações venda ou baixa de ativo fixo	43	51	1.048	51
Equivalência patrimonial	(7.520)	(6.482)	-	-
Provisões de contingências	4.844	21.047	4.845	21.118
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.190	643	1.190	643
	<u>12.313</u>	<u>28.281</u>	<u>21.405</u>	<u>35.319</u>
<b>Variação dos ativos:</b>				
Clientes	37.219	(27.495)	22.507	(28.896)
Estoques	50.706	(27.018)	51.975	(27.018)
Créditos com coligadas	(1.594)	(2.308)	(1.279)	2.884
Impostos a compensar	(8.600)	20.515	(8.557)	20.566
Adiantamentos a fornecedores	33.322	(13.990)	33.322	(13.990)
Outros	(7.454)	918	(10.643)	(9.477)
	<u>103.599</u>	<u>(49.378)</u>	<u>87.325</u>	<u>(55.931)</u>
<b>Variação dos passivos:</b>				
Fornecedores	(7.468)	53	(8.530)	610
Obrigações sociais e tributárias	(7.374)	(4.750)	(9.148)	(5.154)
Débitos com coligadas	422	182	597	182
Outros	(4.412)	(2.582)	17.732	8.385
	<u>(18.832)</u>	<u>(7.097)</u>	<u>651</u>	<u>4.023</u>
Recursos líquidos das atividades operacionais	<u>116.232</u>	<u>2.507</u>	<u>128.533</u>	<u>114.112</u>
Fluxo das atividades de investimento:				
Propriedades para investimento	-	-	(2.082)	(3.463)
Adições de imobilizado e intangível	(7.537)	(9.618)	(7.638)	(9.935)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	<u>(7.537)</u>	<u>(9.618)</u>	<u>(9.720)</u>	<u>(13.398)</u>
Fluxo das atividades de financiamentos:				
Financiamentos obtidos	533.971	610.098	533.971	610.098
Pagamentos de financiamentos	(506.926)	(559.163)	(507.226)	(559.685)
Participação de minoritários	-	-	4.571	3.644
Dividendos e juros sobre capital próprio	(8.750)	(6.890)	(10.662)	(8.802)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	<u>18.295</u>	<u>44.045</u>	<u>20.654</u>	<u>45.255</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>126.990</u>	<u>36.934</u>	<u>139.467</u>	<u>45.969</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Saldo no início do exercício	265.635	228.701	305.040	259.071
Saldo no final do exercício	<u>392.625</u>	<u>265.635</u>	<u>444.507</u>	<u>305.040</u>
	<u>126.990</u>	<u>36.934</u>	<u>139.467</u>	<u>45.969</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>RECEITAS</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.097.252	1.216.080	1.140.532	1.253.234
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.190)	(643)	(1.190)	(643)
Outras receitas operacionais	5.308	1.082	6.565	1.298
	<u>1.101.370</u>	<u>1.216.519</u>	<u>1.145.907</u>	<u>1.253.889</u>
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(556.905)	(577.187)	(558.301)	(577.187)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(312.383)	(340.874)	(332.905)	(358.623)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(266)	(27)
	<u>(869.288)</u>	<u>(918.061)</u>	<u>(891.472)</u>	<u>(935.837)</u>
Valor adicionado bruto	232.082	298.458	254.435	318.052
Depreciação e amortização	(13.756)	(13.022)	(14.322)	(13.507)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	218.326	285.436	240.113	304.545
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	7.520	6.482	-	-
Receitas financeiras	65.268	75.131	71.003	80.549
	<u>72.788</u>	<u>81.613</u>	<u>71.003</u>	<u>80.549</u>
Valor adicionado total a distribuir	291.114	367.049	311.116	385.094
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	79.475	78.243	84.566	82.029
Impostos e contribuições	86.160	127.784	94.452	136.215
Juros e aluguéis	106.327	130.321	106.792	130.999
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.458	8.750	5.458	8.750
Lucros retidos	13.694	21.951	13.694	21.951
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.154	5.150
	<u>291.114</u>	<u>367.049</u>	<u>311.116</u>	<u>385.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

**JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 09 de março de 2018.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 48 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no

Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Amortização do diferido, pelo método linear, as taxas anuais são de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até a sua realização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

- O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes. Para o exercício de 2017 não foram identificadas perdas.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e contribuição social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

#### 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 48 dias e a perda reconhecida foi de 0,045% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativos	6.556	6.459	6.556	6.459
Aplicações financeiras/disponibilidades	12.452	11.417	12.452	11.417
Contas a receber de clientes	19.008	17.876	19.008	17.876
ACC	-	(1.890)	-	(1.890)
Investimentos	(432)	(699)	(432)	(699)
Empréstimos e financiamentos	(18.020)	(1.859)	(18.020)	(1.859)
	(18.452)	(4.448)	(18.452)	(4.448)
Exposição ativa líquida	556	13.428	556	13.428

#### Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.



Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

**Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2017 em R\$:**

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI DEZ17	7,00%	aa		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		7,00%			CDI aa	8,75% CDI aa	10,50% CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/2017	R\$109.972	diversos	CDI	diversos	R\$120.256	R\$122.031	R\$123.807
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$1.775	R\$3.550

\* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475.08.

\*\* Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Clientes mercado interno	197.677	235.931	221.556	245.098
Clientes mercado externo	12.452	11.417	12.452	11.417
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.954)	(3.764)	(8.808)	(7.618)
<b>Total</b>	<b>205.175</b>	<b>243.584</b>	<b>225.200</b>	<b>248.897</b>

**6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos fornecedores de arroz	141.724	174.302	141.724	174.302
Adiantamentos fornecedores diversos	5.337	6.081	5.337	6.081
<b>Total</b>	<b>147.061</b>	<b>180.383</b>	<b>147.061</b>	<b>180.383</b>

**7. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Produtos acabados e semi - elaborados	56.289	67.597	56.289	67.597
Mercadorias para revenda	3.450	2.773	3.450	2.773
Matérias-primas	110.567	150.916	110.567	150.916
Outros	8.826	8.552	8.826	8.552
Imóveis	-	-	33.320	34.589
<b>Total</b>	<b>179.132</b>	<b>229.838</b>	<b>212.452</b>	<b>264.427</b>

**8. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
PIS e COFINS	49.242	47.395	49.242	47.395
INSS	433	433	433	433
ICMS	5.272	5.420	5.272	5.420
Saldo declaração	5.167	2.390	5.224	2.492
Refis Lei 11.941/09 ( não consolidado)	3.894	-	3.896	-
<b>Total</b>	<b>64.008</b>	<b>55.638</b>	<b>64.067</b>	<b>55.740</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
PIS, COFINS e ICMS s/ imobilizado	433	203	433	203
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.236	2.236	2.236
Outros créditos	229	229	229	229
<b>Total</b>	<b>4.473</b>	<b>4.243</b>	<b>4.473</b>	<b>4.243</b>

Os créditos reconhecidos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, e estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

O valor do REFIS, refere se a parcelas pagas na modalidade da Lei.11.941/09, que em 31.12.2017, perfazem um credito, por estar pendente de consolidação.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração da companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

**9. INVESTIMENTOS**

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	54,7507	373.038	49.500	13.735	7.520
Josapar Internacional	50	100	203	165	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2016	198.768	200	490	199.458	306.929	3.890	310.819
Reflexo ajustes em controladas	97	3	-	100	-	-	-
Dividendos a receber	(2.143)	-	-	(2.143)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	7.520	-	-	7.520	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	2.082	(2.357)	(275)
Em 31 de dezembro de 2017	204.242	203	490	204.935	309.011	1.533	310.544

**10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO**

**Controladora**

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	496	73.793	27.746	17.193	244.654
Adições	-	-	-	2.842	6.687	89	9.618
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(106)	(7.620)	-	(2.748)	(13.030)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	390	71.477	28.603	17.902	241.242
Adições	901	174	-	835	5.400	179	7.489
Transferências	64	14.746	-	7.500	(24.989)	2.679	-
Depreciação	-	(2.704)	(78)	(7.978)	-	(2.959)	(13.719)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	312	71.834	9.014	17.801	235.012

**Consolidado**

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	1.946	74.233	29.369	17.556	248.530
Adições	-	-	-	2.842	6.687	406	9.935
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(445)	(7.624)	-	(2.887)	(13.512)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	1.501	71.913	30.226	18.443	244.953
Adições	901	174	59	835	5.399	222	7.590
Baixas	-	-	-	-	(1.000)	(5)	(1.005)
Transferências	64	14.746	-	7.500	(24.989)	2.679	-
Depreciação	-	(2.704)	(481)	(7.982)	-	(3.115)	(14.282)

Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	1.079	72.266	9.636	18.224	237.256
--	--------	---------	-------	--------	-------	--------	---------

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	1.826	46	1.872	1.861	52	1.913
Depreciação	-	(28)	(28)	-	(31)	(31)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	1.826	18	1.844	1.861	21	1.882
Adição	-	48	48	-	48	48
Depreciação	-	(22)	(22)	-	(25)	(25)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	1.826	44	1.870	1.861	44	1.905

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2017 foi de R\$ 1.274 empresa e consolidado, em 2016- (R\$1.057 empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

O saldo do diferido no valor R\$58 foi integralmente amortizado neste exercício.

**11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.201	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<u>Moeda interna</u>	7			
Financiamento para investimentos	6.249	6.192	6.249	6.192
Crédito Rural-EGF	-	41.039	-	41.039
Crédito Rural – recursos livres	117.582	61.140	117.582	61.140
Capital de giro	207.631	296.219	207.631	296.219
Arrendamento mercantil	72	-	72	300
<b>Total</b>	<b>331.534</b>	<b>404.590</b>	<b>331.534</b>	<b>404.890</b>
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	90	244	90	244
Capital de Giro – ACC	-	1.890	-	1.890
Capital de Giro-FINIMP	18.028	1.859	18.028	1.859
<b>Total</b>	<b>18.118</b>	<b>3.993</b>	<b>18.118</b>	<b>3.993</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>349.652</b>	<b>408.583</b>	<b>349.652</b>	<b>408.883</b>

**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	26.809	32.000	26.809	32.000
Capital de giro	174.472	296.494	174.472	296.494
Crédito Rural – recursos livres	269.991	56.690	269.991	56.690
<b>Total</b>	<b>471.272</b>	<b>385.184</b>	<b>471.272</b>	<b>385.184</b>
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	343	455	343	455
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>455</b>	<b>343</b>	<b>455</b>
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>471.615</b>	<b>385.639</b>	<b>471.615</b>	<b>385.639</b>

	31.12.201	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Vencimentos de longo prazo	7			
2018	-	241.239	-	241.239
2019	346.563	126.403	346.563	126.403
2020	110.415	4.089	110.415	4.089
2021	4.665	3.936	4.665	3.936
2022	2.703	2.703	2.703	2.703
2023	2.147	2.147	2.147	2.147
2024	1.669	1.669	1.669	1.669
2025	1.791	1.791	1.791	1.791
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
<b>Total</b>	<b>471.615</b>	<b>385.639</b>	<b>471.615</b>	<b>385.639</b>

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,24% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,20% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,30% a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	2,00% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	4,54% a.a
Capital de Giro	CDI	2,91% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 5.450 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

**12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	1.154	-	7.603	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(1.687)	-	1.252	(1.687)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	242	-	-	867	-
Ferragens Vianna S.A.	429	-	-	429	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	1.413	-	-	1.413	-
Outros	1.265	-	-	1.390	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>4.503</u>	<u>(1.687)</u>	<u>7.603</u>	<u>5.351</u>	<u>(1.687)</u>
Real Empreendimentos S.A.	1.648	-	9.747	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(2.109)	-	1.252	(2.109)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	326	-	-	951	-
Ferragens Vianna S.A.	557	-	-	557	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	1.830	-	-	1.830	-
Outros	1.736	-	-	2.040	(175)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>6.097</u>	<u>(2.109)</u>	<u>9.747</u>	<u>6.630</u>	<u>(2.284)</u>

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

**13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Tributos s/ deprec. Incentivada	158	326	158	1.176
IRPJ e CSLL diferidos(*)	3.313	9.178	3.313	9.178
Parcelamentos (**)	4.232	1.518	4.232	1.518
	<u>7.703</u>	<u>11.022</u>	<u>7.703</u>	<u>11.872</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(\*) vide nota 14.b

(\*\*) Vide nota 18

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contribuição social diferida	3.589	3.589	3.589	3.589
Imposto de renda diferido	9.942	9.942	9.942	9.942
	<u>13.531</u>	<u>13.531</u>	<u>13.531</u>	<u>13.531</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contribuição social diferida	(877)	(2.430)	(877)	(2.430)
Imposto de renda diferido	(2.436)	(6.748)	(2.436)	(6.748)
	<u>(3.313)</u>	<u>(9.178)</u>	<u>(3.313)</u>	<u>(9.178)</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Corrente				
Contribuição social	(2.904)	(8.103)	(4.486)	(9.685)
Imposto de renda	(8.111)	(22.087)	(12.373)	(26.394)
	<u>(11.015)</u>	<u>(30.190)</u>	<u>(16.859)</u>	<u>(36.079)</u>
Diferido				
Contribuição social	1.667	757	1.681	757
Imposto de renda	4.630	2.117	5.131	2.117
	<u>6.297</u>	<u>2.874</u>	<u>6.812</u>	<u>2.874</u>
	<u>(4.718)</u>	<u>(27.316)</u>	<u>(10.047)</u>	<u>(33.205)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	23.870	58.017	35.353	69.056
Eliminações-ajustes efeito controlada	-	-	6.154	5.560
	<u>23.870</u>	<u>58.017</u>	<u>41.507</u>	<u>74.616</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(8.116)	(19.726)	(14.112)	(25.369)
Exclusões (adições) permanentes	(1.294)	(1.641)	(1.294)	(1.641)
Exclusões (adições) temporárias	(1.830)	(9.391)	(1.830)	(9.391)
Efeito tributação em controlada	-	-	667	(246)
Outros	6.522	3.442	6.522	3.442
	<u>(4.718)</u>	<u>(27.316)</u>	<u>(10.047)</u>	<u>(33.205)</u>

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 a companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$ 14.554 –(R\$13.596 em 2016).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro líquido do exercício	19.152	30.701
Reserva legal	(958)	(1.535)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	<u>18.194</u>	<u>29.166</u>
Dividendos propostos - 30%	<u>5.458</u>	<u>8.750</u>

Os dividendos propostos correspondem a R\$515,15 –(R\$825,82 em 2016) por lote de mil ações ordinárias e R\$566,66 –(R\$908,40 em 2016) por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.



**16. GASTOS OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Custos dos produtos	(756.381)	(782.255)	(757.776)	(782.255)
Despesas com vendas	(143.193)	(162.170)	(143.193)	(162.170)
Despesas gerais e administrativas	(78.902)	(88.044)	(106.384)	(111.167)
Outras receitas	5.308	1.082	6.565	1.298
	<u>(973.168)</u>	<u>(1.031.387)</u>	<u>(1.000.788)</u>	<u>(1.054.294)</u>

	Controladora		Consolidado	
Por natureza:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Depreciações e amortizações	(13.756)	(13.022)	(14.322)	(13.507)
Despesas com pessoal	(79.475)	(78.243)	(84.566)	(82.029)
Matérias primas e materiais	(556.905)	(577.187)	(558.301)	(577.187)
Fretes	(79.666)	(93.783)	(79.666)	(93.783)
Outras	(243.366)	(269.152)	(263.933)	(287.788)
	<u>(973.168)</u>	<u>(1.031.387)</u>	<u>(1.000.788)</u>	<u>(1.054.294)</u>

No exercício findo em 31.12.2017, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$8.770 -(R\$9.568 em 2016), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias:

- a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

**17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites – Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Junho 2019

Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2018
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2018
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2018
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2018
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril 2018
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril 2018

#### 18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PIS e COFINS	-	1.100	-	1.100
Imposto de renda retido na fonte	-	334	-	334
Imposto de renda e contribuição social	5.442	1.734	5.442	1.740
	<u>5.442</u>	<u>3.168</u>	<u>5.442</u>	<u>3.174</u>

A Companhia possui débitos parcelados incluídos no Refis Lei 11.941/2009 e Lei 12.973/2014. Neste exercício, aproveitando o benefício de redução da multa e juros da Lei 13.496/2017, a companhia aderiu ao Parcelamento Especial-PERT, incluindo o valor de R\$4.447, líquido das reduções. Os tributos incluídos nestes parcelamentos decorrem de glosas de despesas e compensações de créditos pendentes de homologação, os quais vinham sendo discutidos judicialmente. Ainda neste exercício a Companhia logrou êxito em processo sobre discussão de saldo negativo de IRPJ, o qual havia sido incluído no parcelamento lei 12.973/2014, no valor de R\$1.434.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$5.442 (controladora e consolidado), em 2016 R\$3.168 (controladora) e R\$3.174 (consolidado).

O saldo dos parcelamentos, esta sendo apresentado na rubrica “obrigações sociais e tributárias”, no circulante R\$1.210(controladora e consolidado), em 2016 R\$1.650 (controladora) e R\$1.656 (consolidado). No não circulante R\$4.232(controladora e consolidado), e em 2016 R\$1.518 (controladora e consolidado).

**19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS**

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2017, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$194.760

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para contingências	78.869	79.215	80.295	80.641
(-) Depósitos judiciais	(3.010)	(2.561)	(4.436)	(3.987)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>75.859</u>	<u>76.654</u>	<u>75.859</u>	<u>76.654</u>

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS, essa na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida em 2004 por Sonae Distribuição do Brasil (sucetida por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada em primeiro grau parcialmente procedente, com a condenação ao pagamento de R\$38.981. A companhia protocolou apelação que foi julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando o provimento parcial às suas pretensões e reduzindo o valor inicial de condenação de R\$38.981 para R\$17.737, reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. e IGP-M contados do ajuizamento da ação em março de 2004. As partes interpuseram os embargos de declaração, agravo de instrumento e execuções provisórias, em grau de recurso no Supremo Tribunal de Justiça - STJ. Os consultores legais mencionam que os recursos especiais das rés sustentam teses idôneas, cujo exame, e no entender, não implica reexame de prova e, se tais recursos forem apreciados e providos, terão possibilidade jurídica de reversão de condenação das rés ou pelo menos da solidariedade passiva atribuída a REAL EMPREENDIMENTOS. A probabilidade objetiva é a de não se oportunizar a redução dos atuais parâmetros da condenação ao pagamento de pretensão de R\$17.737, sobre a qual persiste a discussão sobre a atualização e juros. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela REAL EMPREENDIMENTOS, de valor comprovadamente suficiente.

Cumprir destacar que a companhia impetrou em 2000 processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal processo obteve sentença favorável por repercussão geral no julgamento do Supremo Tribunal Federal, com acórdão publicado em 02 de outubro de 2017. A Companhia juntamente com os consultores legais apurou os valores não contabilizados, que atualizados somam R\$72.300 em 31.12.2017.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Lauro de Oliveira Lapa  
(Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior  
(Vice- Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira

Sérgio Martins de Oliveira  
(Conselheiros)

**DIRETORIA**

Luciano Adures de Oliveira  
(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira  
Júnior

(Diretor Vice Presidente e de  
Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause  
(Diretor Comercial e  
Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos  
Santos

(Diretor Administrativo  
Financeiro)

**CONTADORA**

Mara Lúcia Soares da  
Fonseca  
CRC-RS 50.772

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Acionistas  
**JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações**  
Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações (Companhia)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Obrigações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na nota explicativa 11, as demonstrações financeiras consolidadas da **JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações** incluem R\$821.267 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$349.652 mil e R\$471.615 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 77% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$175.931 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de

Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

*Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

#### **Outros Assuntos**

*Auditoria do exercício anterior*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **JOSAPAR - Joaquim Oliveira S/A Participações** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente por nós auditadas, onde emitimos o relatório datado em 08 de março de 2017, sem modificações.

*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 09 de março de 2018.

**Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S**

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

**Carlos Alberto Santos**

Contador – CRC RS nº 69.366



**JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
**COMPANHIA ABERTA**  
**CNPJ N. 87.456.562/0001-22**  
**NIRE N. 43300009882**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Membros do Conselho Fiscal em cumprimento às disposições legais examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) Análise das demonstrações contábeis e planilhas dos tributos elaboradas periodicamente pela Companhia; b) Realização de diversas reuniões, objetivando esclarecer dúvidas sobre os documentos, planilhas e informações elaboradas pela Companhia; c) Realização de reuniões com os Auditores Externos da Baker & Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S sobre os referidos documentos e planilhas acima citados, e questionamento sobre o cumprimento do seu plano de trabalho de auditoria sem qualquer restrição ou limitação. Com relação às provisões informamos que a Nota 19 cita o valor líquido deduzido o valor dos depósitos judiciais, bem como os créditos fiscais com os tributos federais a serem utilizados no futuro. E estaria incluído, não só o valor do processo com a Wal-Mart, mas também o valor da ação fiscal do ICMS de Tatui SP, conforme informações dos Auditores Externos. E faltaria um valor de R\$ 2.722 mil, que a Auditoria aceitou dentro dos seus conceitos e valores envolvidos. Com base nos nossos exames acima citados e nas informações e/ou esclarecimentos recebidos em diversas reuniões, e considerando o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Baker & Tilly Brasil RS Auditores Independentes Sociedade Simples, em 09 de março de 2018, sem modificação de opinião, os Membros do Conselho Fiscal, por maioria, são de parecer que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas e o Relatório de Administração estão em condições de serem apreciadas pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária. E o Conselheiro Rogério Costa Rokembach faça voto em separado.

Porto Alegre (RS), 23 de março de 2018.

Jarbas Lima da Silva

Leopoldo H. K. Schneider

Rogério Costa Rokembach

**JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ N. 87.456.562/0001-22  
NIRE N. 43300009882**

**VOTO DIVERGENTE AO PARECER POR MAIORIA DO CONSELHO  
FISCAL**

Aos

Ilmos. Srs. Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração, Diretores e Acionistas

O Conselheiro fiscal Rogério Costa Rokembach em cumprimento às disposições legais examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Meus exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) Análise das demonstrações contábeis e planilhas dos tributos elaboradas periodicamente pela Companhia; b) Realização de diversas reuniões, objetivando esclarecer dúvidas sobre os documentos, planilhas e informações elaboradas pela Companhia; c) Realização de reuniões com os Auditores Externos da Baker & Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S sobre os referidos documentos e planilhas acima citados, e questionamento sobre o cumprimento do seu plano de trabalho de auditoria sem qualquer restrição ou limitação. Com base nos meus exames acima citados e nas informações e/ou esclarecimentos recebidos em diversas reuniões, e considerando o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Baker & Tilly Brasil RS Auditores Independentes Sociedade Simples, em 09 de março de 2018, sem modificação de opinião, manifesto o meu VOTO DIVERGENTE AO PARECER POR MAIORIA DO CONSELHO FISCAL e sou de parecer que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas estão em condições de serem apreciadas pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária desde que conjuntamente analisadas com todas as atas das reuniões do Conselho Fiscal, com destaque para os seguintes assuntos:

**1 Necessidade de complementação da Provisão para Contingências no Passivo, incluindo a estimativa dos honorários advocatícios e necessidade de reconhecimento dos impostos diferidos ativos** – A Companhia não complementou as provisões relativas as contingências: **1.a)** processo judicial com previsão de perda provável, no valor de R\$ 104.903.991,00, além de honorários advocatícios de R\$ 1.574.909,00, referente a Ação Ordinária movida pela WMS – Supermercados do Brasil, nos autos 001/1.05.0066155-7, iniciada em 2004; e **1.b)** processo judicial com previsão de perda provável, no valor de R\$ 15.874.677,83, além de honorários profissionais de R\$ 1.269.974,23, referente nos autos 0001082-57.2011.8.26.0624 (Execução Fiscal de Dívida Ativa – ICMS Filial Tatuí), permanecendo a provisão já constituída no valor de R\$ 78.869.340,00. Caso fosse complementadas as provisões, o total do passivo seria de R\$123.713.462,00 e os impostos diferidos seriam de R\$ 42.062.577,00; **2 Risco de não realização de contas ativas** – Não foram apresentados embasamentos para a não contabilização de provisões para perdas relativas



as contas de ativo circulante e de realizável a longo prazo com valores arredondados em aberto a mais de 180 dias: a) ICMS a recuperar – R\$ 397.000,00; b) ADIR – R\$ 229.000,00; c) ICMS a recuperar Tatuí SP – R\$ 383.000,00; d) ICMS projeto restauração Santa Casa – R\$ 147.000,00; e) IR e CSSL – R\$ 687.000,00. **3 Limitação de informações** – Não me foram disponibilizados: **3.a)** os Relatórios dos Auditores Independentes relativos aos Controles Internos, incluindo os de natureza tributária e contábil; **3.b)** As demonstrações contábeis formalizadas da controlada Josapar Internacional. **4 – Com relação a controlada Real Empreendimentos S.A.**, não foram reconhecidos os seguintes efeitos na Controlada: **4.a)** Não foi contabilizada na receita, o custo e os tributos sobre uma venda no valor de R\$ 1.000.000,00 (efeito líquido R\$ 750.000,00); **4.b)** Faltou complementar a provisão para contingência de IPTU, no valor de R\$ 480 mil; **4.c)** Faltou provisionar e/ou divulgar em nota explicativa as informações referente a melhor estimativa de desembolso de ação judicial de retirada da sociedade e apuração de haveres de um acionista com 1,5% do capital social (estimativa de valor aproximado de R\$ 5,6 milhões com base no patrimônio líquido em 31/12/2017); **4.d)** Faltou complementar a provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1,3 milhões.

Feitos os destaques dos assuntos retro mencionados, registro que dirijo do parecer de lavra de meus ilustres colegas Conselheiros Fiscais, pelo que aqui foi por mim exposto, referente às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2017.

Porto Alegre (RS), 29 de Março de 2018.

  
Rogério Costa Rokembach  
CPF 489.955.410-91